

Artigos

A nação e o espaço comunicativo*

*Philip Schlesinger**

Este ensaio¹ explora uma linha de argumentação de persistência marcante no âmbito das teorias políticas e sociais. No esboço que se segue, traçamos uma de suas derivações – aquela que no período pós-Segunda Guerra Mundial estendeu-se, a partir das teses da teoria da comunicação social de Karl Deutsch, em direção à ‘anatomia da Idade da Informação’ de Manuel Castells². A despeito das diferentes linguagens conceituais usadas nesse muito influente conjunto de obras, nele há recorrentes e compartilhadas assunções sobre como poderia ser teorizada a relação entre nação e comunicação.

Primeiramente, expomos nosso argumento de modo sucinto, para depois demonstrá-lo mais detalhadamente.

É evidente que a teoria da comunicação social tem considerável valor heurístico, tanto que mais parece algo como um quase reflexivo ponto de partida comum a uma coorte bem diversificada de influentes intelectuais que, de um modo ou de outro, preocupam-se com a questão relativa a como são constituídos os espaços comunicativos nacionais. (Poder-se-ia acrescentar, certamente, que a base teórica da comunicação social também se faz presente para induzir e arrimar linhas e princípios de política governamental a respeito da qualidade ou condição definidora do *status* nacional [*nationhood*] e da nacionalidade).

* Este ensaio é parte de um livro em preparação. No presente texto revisitamos e desenvolvemos em profundidade algumas considerações anteriores (cf. Schlesinger, 1991). A tradução é de Ailton Benedito de Sousa.

** Doutor em Comunicação e em Sociologia, diretor do Instituto de Pesquisa em Comunicação e Meios da cidade de Stirling, Escócia. Professor da Universidade de Oslo, Noruega, na cadeira de Comunicação e seus Meios. Catedrático do curso de Dourado da Fundación Hispano-Británico da Universidade Complutense de Madrid, membro da Royal Society of Arts e da Academy of Learned Societies in the Social Sciences. O autor tem extensa obra nas áreas da comunicação, identidade cultural, nação e estado.

¹ Reconhecimento: este estudo tem por base pesquisa desenvolvida como parte do projeto *Political Communication and Democracy vinculado aos programas do ESRC ‘Media Economics and Media Culture Programme’*. O autor agradece ao Conselho pelo apoio recebido.

Caracteristicamente, o ponto crítico nesta abordagem remete à relação altamente funcional entre a nação e os padrões de comunicação social. Consciente ou inconscientemente, o pensamento oriundo da comunicação social é expressão da geografia cultural do Estado-nação, numa palavra, de Estados soberanos. O funcionamento deste modelo produz a imagem de uma comunidade firmemente coesa e em interação comunicativa. Sob as condições atuais, porém, essa abordagem precisa ser revista em razão da crescente atenção dada à ‘globalização’ da comunicação – especialmente aos fluxos transfronteiriços resultantes de rápidas transformações no âmbito dos meios eletrônicos e das tecnologias da informação e da comunicação.

Nada obstante, a nova onda de interesse sobre a possibilidade de interconexão global não nos devia obrigar a ver o mundo como definitivamente pós-nacional. Os permanentes liames entre padrões de comunicação social e espaços políticos nacionais colocam-se como fundamentais nas concepções de identidade coletiva. Vale dizer, se é para que o pensamento ligado às comunicações sociais tenha de adaptar-se de modo produtivo às cambiantes circunstâncias, então cumpre que nesse momento se promova um esforço explicativo sobre as evidentes contradições entre vários níveis de cultura e identidade, as quais hoje tendem a descasar Estado e Nação. Para ilustrar esse argumento, são levantadas teorizações recentes sobre a União Européia.

A nação e a comunicação social

Karl W. Deutsch (1953, 2ª ed. 1966) elaborou uma das mais bem urdidadas e abrangentes teorizações sobre o papel da comunicação na configuração do nacionalismo. Seu trabalho *Nationalism and Social Communication* – paradoxalmente hoje pouco lido mas rotineiramente referenciado como um talismã – é marcado não só por um sentido implícito relacionado ao fim do colonialismo europeu, mas também pela consciência das migrações forçadas na Europa durante e após a Segunda Guerra Mundial, pelo conhecimento dos dramáticos conflitos nacionais no subcontinente indiano e no Oriente Médio.² A preocupação com o Nazismo enquanto exemplo de nacionalismo catastrófico está sempre presente no texto. Igualmente,

² Apenas uma breve introdução foi acrescentada à segunda edição em 1966. Há material complementar no trabalho posterior de Deutsch, mas o essencial de seus argumentos não se altera a partir dessa primeira formulação.

aparece a deportação e aniquilamento da maior parte da comunidade judaica européia, em contraste, ou comparação, com os Estados Unidos como um país relativamente bem sucedido na assimilação de imigrantes. Deutsch, assim, nos proporciona a visão de um exilado, procurando lançar luz sobre algumas das condições e perspectivas da integração nacional ou supranacional (Deutsch, 1966:189). Dada sua sensibilidade pós-habsburguiana, ele assume como questão corriqueira o fato de que coletividades etnicamente estruturadas (*peoples*) podem se tornar ‘nações’ quando o espaço político é redefinido. Este senso de uma geopolítica cambiante, de uma abrangente não-coincidência entre Estados e nações, é excessivamente relevante para a Europa atual.

Na introdução à segunda edição de *Nationalism and Social Communication*, Deutsch (1966:4) iluminou um tema cardeal, ainda pertinente no debate em curso: observou que o Estado-nação ainda era “o principal instrumento político para que se tivesse as coisas feitas”, e sublinhou a observação de que a integração supranacional tinha limites implícitos, dada à ‘resiliência’ da nacionalidade. A proposição-chave na teoria de Deutsch é esta:

“O aspecto essencial da unidade de um povo ... é a complementaridade ou relativa eficiência da comunicação entre indivíduos – algo que é, em alguns casos, similar a um *relacionamento mútuo*, mas em uma maior escala (1966:188; grifo do autor).

Deutsch vê um ‘povo’ como a base para o ‘forjar’ da nacionalidade. Isto, por sua vez, é diferente das fronteiras do Estado – *nation statehood* –, onde a soberania política é função tanto da aderência à meta da coesão de um grupo, quanto da continuidade de sua identidade. Sem expressamente nomeá-la, a teoria abriga uma idéia específica – a da ‘nação destituída de Estado’ – a qual tem-se tornado crescentemente significativa nos últimos anos, tanto como uma categoria analítica, quanto como um projeto político orientado para redefinir a autonomia de grupos no interior do existente sistema internacional de Estados (cf. McCrone, 1998; Nairn, 1997). Para Deutsch (1996:75), o conseqüente exercício do poder nacional apóia-se sobre “a relativamente coerente e estável estrutura de memórias, hábitos e valores, a qual por sua vez depende das existentes estruturas e oportunidades para a comunicação social, tanto a partir do passado, quanto do presente e entre os contemporâneos.

‘Comunicação Social’ é assim compreendida de modo amplo: mantém-se relacionada com a abrangente noção antropológica de cultura como um modo de vida, um modo de ser interativamente mantido que integra um dado povo e o supre com uma específica singularidade (Deutsch

1966:96-97). Esta idéia é de outro modo representada como um princípio de coerência para uma dada comunidade e tem por base as instalações ou instituições para a estocagem (*storing*), recuperação (*recalling*) e recombinação da informação, canais para sua disseminação e interação, e facilidades ou meios para filtrar, derivar, informação suplementar (Deutsch 1966:75). Muito influenciado pelos pioneiros da teoria da informação, após ter sido considerado fora de moda por alguns anos, o cinqüentenário texto de Deutsch adquire surpreendente contemporaneidade na era da chamada Sociedade da Informação.

A teoria da comunicação social envolve não só os modos pelos quais os grupos sócio-culturais se congregam, como também os modos pelos quais essas formas de coesão afetam as instituições e a interação sócio-cultural. A integração comunicativa tem aí um significado-chave, porque produz a coesão social. Conseqüentemente, Deutsch (1966:65) insiste na bem gasta distinção sociológica entre ‘comunidade’ e ‘sociedade’, agudamente ciente de que uma sociedade pode conter comunidades étnico-culturais bem diferentes, que falem para si mesmas, deste modo não podendo achar um código comum de transposição ou um padrão de comunicação social.

Pedra angular do argumento é a opinião de que nações e Estados-nações estão fortemente atados por suas comunicativas estruturas de interação: as nações (*peoples*) são mantidas coesas a partir de seu interior por essa eficiência comunicativa – a complementaridade dos meios ou ‘facilidades’ comunicativas adquiridas por seus membros (1966:98). Deste modo, a nacionalidade torna-se função objetiva da competência e da pertinência comunicativa. Embora Deutsch reconheça o lugar analítico de tais idéias como ‘a consciência nacional’ e ‘a vontade nacional’, – o nível simbólico de auto-reconhecimento (*self-awareness*) – (que na linguagem atual seria chamado de ‘identidade nacional’) – é visto como um produto da coesão estrutural que ganha existência através da comunicação social.

Uma implicação de peso é que as práticas comunicativas das nações levam à exclusão de estrangeiros. Complementaridade étnica (que para Deutsch equívale em termos amplos à nacionalidade) estabelece ‘barreiras comunicativas’ e engendra brechas significativas (*marked gaps*) na eficiência da comunicação em relação a outros grupos (1966:100). Embora algumas nações – aquelas baseadas em imigração e abertas à assimilação –, estejam bem adaptadas à integração de novos membros, outras, porém, podem reverter o processo através de expulsão ou mesmo extermínio.

Conseqüência adicional é que a criação de grandes coletividades por intermédio, por exemplo, de arranjos de política supranacional, como fe-

deração ou confederação, é inerentemente de realização difícil, em especial onde a complementaridade comunicativa é fraca ou não existe. Numa antecipação negativa da técno-utopia da aldeia global, Deutsch argumenta que a construção de um sistema de comunicação universal é impossível num mundo não-uniforme (1966:176). Deutsch, desse modo, é mais impactado pela provável persistência do Estado-nação do que por seu desaparecimento. De modo claro coloca que “a atual distribuição de Estados soberanos” é “necessária em seus aspectos essenciais, embora não em seus aspectos acidentais” (1966:187).

Esta visão funcionalista da integração cultural tem uma fraqueza estrutural quando o nível de análise transita para fora do Estado-nação. Não há princípio geral para analisar a interação entre comunidades comunicativas, ou para analisar os fluxos culturais e comunicativos num sistema global – questão de importância capital para os estudos contemporâneos sobre cultura e *media* – porque não é nesse ponto que jaz o interesse dos teóricos. A teoria da comunicação social é, deste modo, internalista. Em sua raiz, refere-se a como práticas culturais e comunicacionais compartilhadas fortalecem a identidade de um grupo pela criação de fronteiras.

Grandes culturas, comunidades imaginadas e nacionalismos baratos.

A sublinhada concepção deutschiana da comunicação social – se não sua linguagem teórica – remanesce com mais firmeza, embora meio disfarçada – em trabalhos mais contemporâneos, como, por exemplo, *Nations and Nationalisms*, de Ernest Gellner (1983), que se tem tornado a estrela-guia da concepção modernista de nacionalismo. Como Deutsch, Gellner exhibe em seu trabalho uma ‘*exílica* praia centro-européia’ – isso não sendo acidental – já que seu pensamento sobre a Europa também foi marcado pelo legado pós-habsburguiano de não congruência entre Estados e nações na Europa Central.³

Gellner argumenta que a formação dos Estados-nações é consequência inevitável da industrialização, com sua concomitante e complexa divisão do trabalho. As relações sociais criadas pela sociedade industrial significam que, para funcionar efetivamente, alguém precisa ser capaz, em

³ Considerando o que tem emergido ultimamente em seu trabalho póstumo, destacadamente Gellner, 1998. Meus agradecimentos a Nicholas Garnham por chamar-me a atenção para esse estudo. Espero aprofundar-me na matriz Habsburgo no futuro, avançando em algumas de suas consequências teóricas.

princípio, de fazer qualquer coisa, e isso requer ‘treinamento genérico’. Essa transmissão de saber necessita de um sistema educacional padronizado, universal, que use um meio lingüístico igualmente uniforme. É este processo que acarreta um inevitável e ‘profundo ajustamento na relação entre Estado (*polity*) e cultura’ – em outras palavras, nacionalismo – que é a organização de contingentes humanos em grandes grupos, educados centralizadamente e culturalmente homogêneos (Gellner, 1983:35). A teoria deste autor, então, conecta o princípio da industrialização à quintessência de uma concepção *deutschiana* da comunicação social.

Gellner toma a cultura no sentido de um ‘distinto estilo de conduta e comunicação de uma dada comunidade, o qual no mundo moderno assume a forma modelar de um Estado-nação. Para os membros dessas formações políticas, cultura é agora o necessário meio compartilhado’ (1983:37-8). As fronteiras culturais se tornam definidas pelas culturas nacionais que propagam, difundindo essas últimas uma letrada ‘alta cultura’, cuja agência central é o sistema educacional nacional. Neste modelo a cultura de uma nação é de modo geral identificada com a cultura oficial. A teoria é menos orientada para fontes de diferenciação interna e de conflitos, do que preocupada com o que torna a nação coesa. Conseqüentemente, do mesmo modo que a teoria de Deutsch, a de Gellner é, em essência, uma análise sobre como uma cultura nacional vem a ser criada, antes que uma teoria concernente aos modos como ela é mantida e renovada. Igualmente, a teoria dá ênfase à propriedade de as culturas se autoconterem protegidas pelo Estado-nação. Assim, embora Deutsch seja mencionado somente *e n passant* como o trampolim para que Gellner (1983:126) pense brevemente sobre o papel dos *media* na cultura nacional, sua efetiva influência espalhasse muito mais fundamente do que aparenta.

Não obstante estarem os *media* contemporâneos e as teorias culturais especialmente voltados para os fluxos culturais e para as relações de dominância no interior da ordem comunicacional global (cf., e.g., Sreberny-Mohammadi *et. al.* [eds], 1967; Thussu [ed.], 1988), o fato não constitui foco de interesse para Gellner mais do que constituíra para Deutsch. Num modo ainda bem característico da maioria das teorizações sociológicas, a comunicação ‘mediada’ para a massa (*mass-mediated communication*), é tratada como uma trivialidade relativa.⁴ Gellner (1983:127) argumenta, numa pas-

⁴ Alvin Gouldner (1976) foi um dos férteis sociólogos que reconheceram a importância da comunicação na construção do discurso público (nacional). Mais recentemente, do ponto de vista da teoria social, John Thompson também tentou integrar os achados da pesquisa relativa aos *media* numa análise da esfera pública.

sagem crítica, que não é o conteúdo dessa comunicação que importa, mas antes: “os próprios *media*, a permeabilidade e importância da comunicação abstrata, centralizada e uniforme, de um para muitos, que, em si, automaticamente, engendrou a idéia nuclear de nacionalismo, de modo bem independente do que em particular esteja sendo posto nas específicas mensagens transmitidas. A mensagem mais importante e persistente é gerada pelo próprio meio, pelo papel que tal meio tenha adquirido na vida moderna. A mensagem essencial é que a linguagem e o estilo das transmissões são o importante, que somente aquele que pode entendê-los, ou pode adquirir tal compreensão, está incluído no âmbito de uma comunidade moral e econômica, estando excluído aquele que não entende ou não pode entender”.

Fazendo eco a Marshall McLuhan, Gellner então argumenta em parte que os *media* são a mensagem. Mas a fórmula é modificada para levar em conta a linguagem e o estilo, para levar em conta o modo como códigos comuns convidam a audiência a se considerarem e se entenderem entre si como membros de uma dada comunidade. Os *media*, desse modo, funcionam como um sistema categorizador: a abrangente identificação pública com o espaço nacional é tida como um efeito dessa forma de organização cultural. Os *media* são marcadores de fronteiras, intimamente relacionados com o teto político que cobre a cultura e a torna um Estado-nação. Aquilo que interessa prioritariamente a Gellner, é sua função em sustentar uma comunidade política, desse modo não sendo um problema o pensar neles como unívocos.

Embora persuasivo, o argumento proclama este ponto: ‘...Linguagem e estilo são mais do que o meio que os transmite: – estão estreitamente relacionados à questão do conteúdo. Isso é de interesse prioritário para a indústria cultural que produz esse conteúdo. Mais ainda, a atitude do Estado para com seu próprio conteúdo ‘nacional’ é, freqüentemente, uma questão de alta importância no comércio internacional de bens culturais e está sempre implícita nas políticas nacionais de comunicação. Daí que a tradução de Gellner da teoria da comunicação social reproduz a original fixação *deutschiana* sobre o que é interno à comunidade, antes que considere o significado do que fica de fora, e como esse ‘ausente’ pode ser localizado. Sua tradução ignora a alteridade (*otherness*) que pode condicionar substancialmente qualquer identidade nacional dada. Essa linha internalista de argumentação também avança sobre outro texto referencial dos anos recentes, ou seja, *Imagined Communities* de Benedict Anderson (1983; 2ª ed., 1991), um ponto de vista que em face dessa linha, guarda distância da visão

de Gellner.⁵ Desde o seu aparecimento, o trabalho de Anderson transmigrou de substancioso manual de estudo da nacionalidade (*nationhood*), para um *cliché*⁶ sociológico e jornalístico. Em seu relato da emergência das nações européias, Anderson, como Deutsch e mesmo mais que Gellner, aceita a comunicação midiática como de importância capital na formação de uma consciência nacionalista (ou, como agora dizemos, identidade nacional): “o que, num sentido positivo fez as novas comunidades imagináveis, foi uma quase-fortuita, mas explosiva, interação entre um sistema de produção e relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicação (imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística humana”. (Anderson, 1983:46).

Embora, para Gellner, ocupem o palco central os sistemas nacionais de educação que produzem culturas afins (uma comunidade de clérigos), a principal contraposição de Anderson é que a língua impressa é o que inventa o nacionalismo, não “uma” língua particular de *per se* (1983:122). Assim, o que é iluminado é a importância dos meios de comunicação na construção de uma comunidade imaginada, dadas as adequadas condições materiais.

De acordo com Anderson, a língua impressa foi o meio pelo qual determinados vernáculos se tornaram uniformes, sendo disseminados através dos mercados de livros e jornais. Seu relato é resolutamente gutenberguiano: o impacto dos meios eletrônicos não é referenciado.⁷ A língua impressa mecanicamente unificou campos de troca lingüística, fixou línguas nacionais e criou novos idiomas de poder. O ‘romance nacionalista’ (sua trama ensaiada num espaço comum socialmente reconhecido) juntamente com o jornal, com sua consciência ‘calendarial’ como princípio de organização, foram – Anderson argumenta – os dois principais veículos na formação da consciência nacional. Ao coordenar tempo e espaço estes podiam ser dirigidos a uma imaginada comunidade nacional, mesmo antes que ela se tivesse constituído em um Estado-nação.

⁵ Como comentei anos atrás, Anderson distingue sua posição da de Gellner, a quem ele descreve como “tão ansioso para mostrar que o nacionalismo mascara, sob falsas aparências que assimila, “invenção” por “fabricação” e “falsidade” antes que “imaginação” e “criação” (Schlesinger, 1991:163). Como fica claro, a estrutura profunda do argumento de ambos é mais aparentada do que Anderson imagina.

⁶ Caracteristicamente, foi aprofundado em função de reduções analíticas, embora essas não tenham ainda abalado o apelo publicitário do *slogan*. Cf. Balakrishnan (1996); Chatterjee (1996); Tamir (1995).

⁷ Um ponto posteriormente assumido por Anderson (1994:320-321) que tem reconhecido o impacto transfronteiriço dos meios eletrônicos mas sem explicar o que este poderia ser.

Daí, o consumo coletivo da comunicação midiática servir para criar um sentido de comunidade nacional. Do mesmo modo que Gellner, de quem ele iria diferenciar sua abordagem, Anderson de fato compreende os limites da nação como inescapavelmente implícitos no modo como os *medi*a categorizam a realidade e se dirigem a suas audiências. Surpreendentemente, como Deutsch que escreve sobre uma mútua relação (*mutual repport*) em larga escala, Anderson fala da ‘profunda e horizontal camaradagem da nação’ (1983:16).

Subseqüentemente, Anderson (1991:184) debruçou-se sobre como a ‘estória’ nacional tem sido contada nos Estados pós-coloniais através das instituições culturais do censo (enumerador e classificador das populações), do mapa (definidor das fronteiras políticas) e do museu (veículo para o estabelecimento da ancestralidade legítima). Embora (de modo diverso do de Gellner) Anderson não faça referência ao trabalho de Deutsch, seus pontos de vista são ainda indisfarçavelmente localizados num quadro de comunicações sociais: a comunidade imaginada situa-se no espaço sócio-cultural e comunicacional do Estado-nação e são os processos internos da formação da nação que merecem interesse prioritário.

O argumento de Anderson sobre a comunidade imaginada tem sido assumido, com uma distinta torção, por Michael Billig (1995:70) que corretamente observa que este muito difundido *sllogan* pode ser iluminador, mas apenas quando “se concebe que a comunidade imaginada não depende para sua existência, de atos contínuos de imaginação”. Esta linha de interpretação é afim com seu argumento geral sobre as configurações banais do nacionalismo (*nationalism’s banality*): especificamente, a proposição demonstrável de que uma porção de práticas nacionalistas está embebida nos rituais e atividades da vida diária. Billig toma como caso paradigmático a saudação diária à bandeira dos Estados Unidos na rede escolar. Esta atividade tem sido tão natural que mesmo a maioria dos cientistas sociais tem falhado em interrogar seu significado. E embora aqueles que saúdam possam ter vários relacionamentos com o ato de saudar em si, estão participando de um ritual comum.

Billig argumenta que no mundo contemporâneo, nações inteiras (*peoples*) estão embebidos em seus léxicos (*deixes*) nacionais. Suas bandeiras drapejam diuturnamente, não percebidas como adornos para edifícios públicos; o noticiário categoriza alguns eventos como casos domésticos e os distingue dos relatos estrangeiros; a previsão do tempo reforça a percepção da geografia política; heróis do esporte corporificam virtudes nacionais e mobilizam a lealdade coletiva; momentos de crise – especialmente

guerras – produzem discursos patrióticos a partir de líderes políticos; línguas nacionais e histórias (nacionais) através de sua transmissão constituem um sentido de comunidade. E assim por diante. Desse modo, são os esteios internos da identidade nacional, rotineira e imperceptivelmente reproduzidos. Em linha com Gellner e Anderson, a análise de Billig preenche o espaço da ‘complementaridade comunicativa’, e sublinha seu tenaz aprofundamento sobre como nós categorizamos o mundo. Notavelmente, porém, Billig é menos interessado na questão da formação da nação do que na da manutenção da nação.

Billig muito concorre com a descoberta de Gellner de que é difícil ou impossível alguém pensar-se a si mesmo e ter um lugar no mundo contemporâneo senão como um nacional. E isto é porque vivemos num mundo de Estados – muitas vezes oficialmente representados, embora imprecisamente, como Estados-nação – cujas fronteiras impõem a exigência de que pertençamos a alguma coletividade juridicamente reconhecida.

Billig certamente reconhece a pressão da cultura global e das relações internacionais como algo que precisa ser negociado pelos nacionalismos baratos que continuam a proporcionar ancoragem às coletividades. Conseqüentemente, sua posição é resolutamente resistente às reivindicações pós-modernas de que nossas identidades coletivas tenham-se tornado ‘significantes flutuando sem âncora’ ou, alternativamente, que nós entramos em um estágio de tribalismo pós-nacional. Entretanto, insiste-se com propriedade que qualquer que possa ser o impacto transformador da globalização, este neutralizou os vínculos nacionais. Mas este próprio reconhecimento do impacto formador do extranacional (baseado no envolvimento de Billig com os estudos em curso sobre os *mediae* a cultura), ainda está muito dependente de que ofereça uma explicação sobre como, nas palavras de Deutsch, as nações são mantidas coesas “a partir de dentro”⁸.

Em sua totalidade as teorias acima compartilham da noção do prototipicamente moderno – isto é, do ‘nacional e comunidade comunicacional’ como sendo fortemente atados. O trabalho de Deutsch enfatiza a existência de brechas comunicacionais entre nações (*peoples*), este sendo o lado escuro da relativamente alardeada eficiência interior e complementaridade. Gellner e Anderson também enfatizam o papel de uma cultura comum – baseada não só numa língua uniforme como também institui-

⁸ A única referência de Billig a Deutsch é tanto crítica quanto equivocada em sua ênfase sobre o desenvolvimentismo (Billig, 1995:43). Novamente, aqui temos um autor evidentemente inconsciente do débito quanto a um conceito-chave.

ções culturais – na construção de um povo coeso (*common people*). Embora Billig enfatize o muitas vezes não percebido ‘drapejar’ diário de uma identidade comum.

A nação como um espaço deliberativo

As teorias da comunicação social, então, compartilham um grande interesse sobre como as nações falam a si mesmas, marcam-se a si próprias como diferentes uma das outras. Este tema é também central no pensamento de Jürgen Habermas cujo trabalho é amplamente reconhecido como amparado nas premissas de uma teoria da comunicação, embora seja menos compreendido como igualmente preocupado com a nação investida como comunidade política. A teoria de Habermas em *The Structural Transformation of the Public Sphere* (orig. 1962; traduzido para o inglês em 1989) tem exercido profunda influência no debate em curso sobre o papel e a qualidade da comunicação política, e sobre a mediação da deliberação cívica. A ‘esfera pública’ – outro tropo sociológico de nossa era – refere-se ao inteiro domínio de debate num espaço institucional de existência fora do Estado, mas que agrega todos que estão preocupados com questões de interesse público. A presença desse domínio é nodular à liberdade de expressão comumente associada à democracia; é, necessariamente, um espaço em que a comunicação tem lugar.

Mesmo quando a versão habermasiana da esfera pública vem sendo objeto de crítica (Calhoun [ed.], 1994; Schudson, 1996) ela ainda tem sido um ponto de partida para muitas das recentes discussões do papel dos *medianas* democracias (cf. Curran, 1991; Dahlgren, 1995). O que em geral tende a ser presumido como natural antes que examinado criticamente, é a necessária co-extensividade do espaço público político e das fronteiras da nação sem Estado. Talvez isto não seja de surpreender, uma vez que a formação da esfera pública clássica coincidiu com o crescimento do nacionalismo e com a formação do Estado-nação. Em linha com esta visão, as teorias de Habermas em sua formulação original enfatizam que a comunicação pública mantém-se preminentemente amarrada à estrutura de significados dos Estados-nações – embora estes tenham há muito ficado sujeitos aos fluxos internacionais de informação e de produtos culturais.

Sobre as fronteiras nacionais

Até aqui tem sido ‘argumentado’ que as teorias da comunicação social apresentam duas limitações-chave: a) uma tendência a pensar em ter-

mos de uma estreita adequação funcional entre comunicação e nação; e b) uma exagerada preocupação com o interior do espaço comunicativo nacional, quer esta preocupação seja em respeito à sua formação, quer à sua manutenção. Este ‘internalismo’ pode, às vezes, reconhecer o modo como as nações são definidas por sua posição nas relações de um mundo interestatal, mas isso é de interesse secundário. Tomadas em conjunto, contudo, estas posições trazem uma mais séria implicação: c) a de que o continente politicamente relevante para o espaço comunicativo é o Estado-nação soberano.

Deliberação ou tomada de decisão crítica no âmbito dos espaços nacionais, contudo, não são adequadas às transformações globais que nos confrontam hoje. Os centros de decisão sobre matérias-chave que afetam os Estados-nações são geralmente localizados extraterritorialmente: nas diretorias das corporações transnacionais; no interior de organizações instituídas por várias categorias; no interior de gabinetes de regiões militares; de grupos políticos e econômicos, nos vários centros de finanças globais. Se é para que o público nos espaços nacionais venha a deliberar sobre questões que o afetam, então os espaços comunicativos nacionais necessitam ser complementados por aquilo que possibilite a formação de um público com perspectiva transnacional, mesmo global.

Como tem sido argumentado por vários comentadores, é importante fazer-se perguntas a respeito do impacto das mudanças transnacionais e globais sobre o que ainda são esses sistemas de comunicação vinculados ao Estado-nação. O que – pergunta-se – essas mudanças implicam tanto para a possibilidade de uma esfera pública supranacional, quanto para novas formas de comunicação que emanem da auto-organização da sociedade civil (Garnham, 1994:372; Keane, 1991:142-146)? A União Européia oferece um adequado laboratório de teste para aqueles interessados nas relações comunicacionais entre e *status* nacional (*nation-statehood*) e supranacionalismo. Na União Européia, por exemplo, o Estado-nação está sendo espremido a partir de cima e de baixo. De cima, por um processo de europeização que circunscreve e redefine concepções de ação soberana por estados-membros nos campos da economia, da defesa, das questões sociais, da comunicação e, crescentemente, das políticas de relações exteriores. E simultaneamente de baixo, pelo crescimento de um regionalismo mais autônomo no interior dos Estados-nações, o que é mais significativo, considerado que regiões são nações sem Estado.

Até que extensão, perguntar-se-á, a clássica estrutura das teorias da comunicação sobre o nacionalismo – de foco centrado, como vimos, qua-

se exclusivamente no nível do Estado-nação – é transportável a uma emergente entidade supranacional em que regiões não-estatizadas estão adquirindo crescente visibilidade política?

Deutsch (1966:3-4) duvidou que um espaço comunicacional comum pudesse facilmente “emergir” na então Comunidade Européia dada a contínua força do Estado-nação. Trinta e poucos anos mais tarde, em aberto contraste, Habermas (1994:21) tem mantido que ‘a forma clássica do Estado-nação presentemente está se desintegrando’. Para ele, a União Européia agora oferece cenário para uma nova e mais ampla concepção de cidadania, com uma correlativamente mais ampla estrutura de comunicação pública. Habermas então transpôs a esfera pública nacional para o nível supranacional, assumindo um diminuído comando, para o Estado-nação e para a nacionalidade, sobre a lealdade e identidade coletivas. Por esta ótica, a eventual comunidade política européia estaria atada não por meio de símbolos comuns, mas antes por meio de uma estrutura de normas menos emocionalmente cogentes. Como diz Habermas (1994:27):

“... a cultura política deve servir como um denominador comum para um patriotismo constitucional que simultaneamente agudiza o reconhecimento (awareness) da multiplicidade e integridade das diferentes formas de vida que existem numa sociedade multicultural”.

Seria essa racionalidade política suficiente para fazer uma extensa e variada coletividade coesa? Certamente, essa racionalidade política oferece um forte ponto de contraste com a forma de vida nacional, rica em símbolos, efetivamente conectada e rotineira, mostrada pela primeira onda da teoria das comunicações sociais. Em suas mais recentes reflexões, Habermas expressamente concebe a esfera pública como potencialmente não-atada, como se tivesse mudado de locais específicos (como a nação) para a virtual presença de cidadãos e consumidores ligados pelos *media*.

Uma esfera pública européia, segundo este modelo, seria de tessitura aberta (*open-textured*) desde que suas conexões comunicacionais se estenderiam além de qualquer que fosse a forma política que a EU viesse a assumir; certamente, essas conexões se estenderiam para além do próprio continente europeu. Por certo, tal assertiva faz sentido: os fluxos e as redes comunicacionais contemporâneos garantem que nenhum ou, no máximo, uma ou outra comunidade política, possa permanecer uma ilha. Contudo, pergunta-se, até onde esta perspectiva também implica que nós, de algum modo, também pertencemos a aldeia global?

Inevitavelmente, levantam-se questões sobre “quais fronteiras comunicacionais continuam a ser mais significativas para o desenvolvimento de uma distinta identidade política e de uma distinta cultura política na União Européia. Em outras palavras, somos compelidos a perguntar: há processos comunicacionais específicos que possam contribuir para dar coesão à União?

Habermas vislumbra uma política cultural européia liberal e igualitária em que os corpos de tomada de decisão estejam abertos ao escrutínio. Ele assume que haverá intensificadas redes através de fronteiras nacionais e avança numa interpenetração ideal entre ‘processos institucionalizados de opinião e de ‘formação de vontade’ e ‘redes informais de comunicação pública’ (1994:31). Entretanto, é postulado que uma forma radical de envolvimento popular nos negócios públicos irá atuar como o corretivo essencial à política profissionalizada. Desde que a democracia parlamentar é tão indispensável no nível europeu quanto no do Estado-nação, o de que se precisa é uma discursiva estruturação de redes públicas e arenas em que circuitos anônimos de comunicação estejam apartados do nível concreto de interações simples (Habermas, 1997:171). Em outras palavras, um espaço comunicacional europeu faz-se necessário. Note-se, entretanto, que entretecido com o argumento sobre a esfera de deliberação pública está outro “sobre como interações sociais de longa duração produzem formas de solidariedade (p.12). Embora isto seja bem propalado, é analiticamente distinto e começa a oferecer uma bem plausível explicação interacionista de ‘edifícios supranacionais’, ao lado do mais expedito nível de ação mais deliberativo-procedimental, sintetizado como ‘patriotismo constitucional’.

Esta (de algum modo sombria) sociologia de solidariedade precisa ser arrimada, uma vez que, de outro modo, a conseqüência da libertação (*unbounding*) do público nacional deve introduzir-nos em uma “rede altamente complexa que espalha suas células sobre uma multitude de arenas superpostas de natureza internacional, nacional, regional, local e de subcultura – (Habermas, 1997:373-374). Esta completa abertura da comunicação, a globalização da esfera pública de modo efetivo, coloca-se de certo modo inconfortavelmente ao longo da reflexão de Habermas a respeito da supressão – afastamento – do Estado-nação e sua reconstrução atada (*bounded*) no nível federal Europeu, com uma cultura política equivalente... Enquanto, por definição, a rede global de comunicação assim concebida não apresenta fronteiras necessárias, argumentativamente uma entidade estatal européia apresenta. É difícil ver como uma comunidade interligada discursivamente poderia vir a desenvolver uma coletiva lealdade

política e identidade, se completamente desintegrada. ‘Uma comunidade política europeia sem alguns marcadores de fronteira comunicacionais, simplesmente não pode ser imaginada como uma possibilidade sociológica.

Isso se relaciona com o problema geral de uma emergente identidade coletiva europeia. Habermas oferece um modelo federalista de envolvimento político por parte dos europeus, no qual o conteúdo de sua identidade coletiva é diferente a cada nível. No nível do Estado-nação ele é espesso (*thick*) e articula-se com uma cultura política nacional, elaborada no interior de uma esfera pública altamente institucionalizada. No nível da U.E., ele é ‘magro’ (*thin*) e legalista e surpreendentemente refratado através do meio das políticas do Estado-nação. Por trás desta caracterização de dois níveis de identificação coletiva, jaz a mais abrangente questão irresolvida sobre o que faz as coletividades coesas, e se qualquer tipo concebível de patriotismo constitucional em última instância pressupõe um mar de assunções ‘não-racionalistas’ e de sentimentos, como meio de fazer seu apelo cívico funcionar (Schlesinger, 1997:385-388).

Para Habermas, então, o impacto potencialmente transformador das tecnologias das comunicações sobre as comunidades, está subordinado a um argumento que esclareça, até onde a União Europeia está envolvida, quanto à necessidade de uma esfera pública, que explique como um apropriado novo espaço comunicacional poderia ser constituído. Suas mais recentes formulações casam menos com o conceito de redes. Isto é muito mais desenvolvido no trabalho de Manuel Castells (1996, 1997, 1998), para quem o radical impacto das tecnologias de comunicação é tido como tendo contribuído para a formação de uma totalmente nova espécie de sociedade, a ‘informacional’.

Castells (1996:3) argumenta que como os padrões de comunicação social apresentam-se crescentemente sob “stress”, nós agora precisamos pensar as relações comunicativas no interior do modelo das redes. “Nossas sociedades estão crescentemente estruturadas em torno de uma oposição bipolar entre a *Net* e o *Self*”. Dessa perspectiva, considerado até que ponto nossa ancoragem na estrutura social é enfraquecida, nós somos, por suposição, cada vez mais os autores de nossa identidade⁹. O pós-nacionalismo de Castells certamente não reconhece sua *deutschiana* proveniência (Castells, 1997:31), que é evidentemente adaptável demais para fazer frente à transformação do Estado-nação.

⁹ Meu propósito aqui não é questionar essa visão pós-moderna, com que não concordo e que dificilmente é aderida com consistência pelo próprio Castells.

Como Habermas, Castells considera a forma da União Européia como sendo de interesse especial. Mas não são tanto as inquirições da esfera pública que preocupam Castells, quanto sua visão de que a União Européia é a precursora de uma nova ordem política, de novas formas de associação e lealdade. Para ele, o emergente Euro-Estado resume em epítome o que ele nomeia como “o Estado-rede”. Embora o diagnóstico esteja precisamente em linha com muito da ciência política contemporânea e do pensamento constitucionalista (por exemplo, Schmitter, 1996; Weiler, 1996) há aí uma distinta torção, desde que Castells vê o emergente Euro-Estado não somente como numa zona político-econômica mas, em virtude de privilegiar seu caráter de rede, também como um tipo específico de espaço comunicativo.¹⁰

Para Castells, como para a própria ordem mundial, a União Européia tem nós de importância variada, os quais em conjunto constituem uma rede. Regiões e nações, Estado-nação, instituições da União Européia, desse modo, em seu conjunto, constituem uma estrutura na qual a autoridade é compartilhada. Na versão de Castells sobre a Euro-matriz (de modo diferente da de Habermas) a nação sem Estado (*stateless nation*) é considerada como tendo especial importância como um protótipo de formas potencialmente inovadoras de afiliações pós-Estados-nações. Isto surge mais claramente, talvez, em sua descrição sobre a sua Catalunha, que – como a União Européia, mas num nível diferente – é tida como sendo um exemplo de rede flexível e como oferecendo múltiplas identidades e alianças a seus habitantes.¹¹ Nações são definidas como distintas de Estado, sendo caracterizadas como comunas culturais constituídas na mente das pessoas pela vivência compartilhada da história e de projetos políticos (1997:51).

Isto se encaixa em um diagnóstico mais geral em que Castells (1997:354) assevera que ultrapassado pelas redes globais de riqueza, poder e informação, o moderno Estado-nação perdeu muito de sua soberania. O resultado é a ‘dissolução das compartilhadas cidadanias’, ostensivamente

¹⁰ Eu tenho argumentado ao longo de linhas similares, embora a partir de uma diferente estrutura teórica. Cf. Schlesinger and Kevin, a vir a lume.

¹¹ Castells questionou ambos, Gellner e Anderson, por seu modernismo (em defensáveis termos históricos) e pelo que (por engano, acredito) ele entende ser o tratamento de ambos da *nationhood* como carente de qualquer ‘existência real’. Castells assume a ênfase de Gellner sobre a invenção’ e a de Anderson sobre os “imaginados” aspectos da comunidade como sendo indicadores da não-realidade material da nação. (ver) Eu os entendo estarem falando sobre a produção de crenças ou de consciência ou identidades que ambos expressam e designam como uma realmente existente coletividade. Até onde é pertinente a crítica do modernismo, há poderosos ecos dessa concepção na Escócia, e na Catalunha um caso análogo em muitos aspectos (cf. Ferguson, 1998).

produzindo uma rachadura entre, por um lado, as elites globais que se consideram cidadãos do mundo, e, portanto, a resistência daqueles que perderam poder econômico, político e cultural, que tendem a ser atraídos por identidades comunais que ou atravessam o Estado-nação ou operam em algum lugar abaixo do nível do Estado-nação (Castells, 1997:356). A União Européia representa ‘ao mesmo tempo, uma reação ao processo de globalização e sua mais avançada expressão’. É anunciada como o arauto de um novo tipo de sociedade.

Em termos da mais ampla teoria de Castells, igualmente como da de Habermas, poderíamos perguntar: o que dá fronteiras ao putativo espaço comunicacional europeu? A resposta é um dos curiosamente remanescentes argumentos de Deutsch quanto à complementaridade cultural e eficiência comunicacional (15). Isso reside no nexos existente entre as instituições políticas que constituem a União Européia e acordos entre elas, e também envolve o crescente entrecruzamento de liames horizontais subsidiários em todos os níveis através dos Estados-membros (Castells, 1998:330,331). Isso coincide exatamente com o argumento de Habermas. Em resumo, emerge uma forma de ‘complementaridade comunicacional’ *deutschiana* do que Keith Middlemass (1996) chamou processo civilizador europeu, nomeadamente o processo informal de criação de estados. Assim, os potencialmente globalizantes impulsos das tecnologias de comunicação são confrontados por emergentes modelos de interação social no espaço da União Européia, modelos que são polivalentes: simultaneamente eles ‘costuram’ entre si diversos atores do ponto de vista econômico, político e comunicacional. Assim, uma rede supranacional na escala da União Européia vem a desenvolver uma específica intensidade interativa que favorece a comunicação interna e cria uma fronteira referencial que pode co-existir com a rede global.

Em termos explanatórios amplos, assim, a teoria das comunicações sociais é capaz de desfazer-se de sua concha nacional e, certamente, de seu funcionalismo inflexível. Contudo, embora isso possa produzir relatos em distintos e interessantes níveis de espaços comunicativos – ou seja, acima, abaixo e no próprio nível do Estado-nação, a teoria é ainda caracteristicamente centrada sobre como formas específicas de comunicação induzem padrões de coesão. Além disso, desenvolver a teoria das comunicações sociais a partir da invocação do modelo de uma rede não resolve a questão nodal sobre como contradições de interesses, de identidade e lealdade, ou como estruturadas desigualdades de poder são manipuladas no interior das mais complexas explicações do espaço comunicacional, recentemente elaboradas.

Notas de conclusão

Argumentos teóricos a respeito da comunicação social e do evoluer dos eventos políticos contemporâneos mostram conexão íntima: tomem-se, por exemplo, as tentativas de a União Européia definir não só uma identidade cultural européia, como também um espaço comunicacional comum nos anos 80 e 90, o que teve lugar no contexto de competição industrial global, mais acirradamente com os EUA e Japão. Acesas invocações de uma cultura européia comum acompanharam esforços para proteger a produção audiovisual européia das importações de filmes e da produção televisiva norte-americana durante a fase de fechamento das negociações do GATT em 1993, isso ainda restando uma questão viva (cf. Van Hemel *et al.* (eds) 1996). O *stress* sobre a defesa da ‘européidade’ e a necessidade de tratar os filmes e os programas de televisão como bens culturais protegíveis, refletiram a preocupação oficial quanto à extensão em que a globalização das comunicações tem minado a soberania cultural dos Estados-nações e, por extensão, a da intergovernamental União Européia.

No comércio cultural global, a União Européia tem feito esforços para se representar como uma coerente entidade cultural. Contudo, essa é apenas sua face externa, desde que internamente a União Européia demonstra agudamente as tensões entre supranacionalismo e nacionalismo. Onde a diversidade de culturas e de línguas se coloca como símbolos cruciais para a identidade coletiva, ‘euro-objetivos’ supranacionais encontram resistências nacionais. Para complicar as coisas ainda mais, o endosso da União Européia às diferenças regionais entre Estados-membros – a chamada Europa das Regiões – tem reforçado tendências autonomistas, mesmo secessionistas, particularmente no território de nações destituídas de Estado.¹²

Daí, a cultura nacional endossada pelo Estado pode não só contradizer as demandas da “européização”, mas também Estados-nações europeus também podem simultaneamente ser desafiados a partir de outra direção, por pretensões feitas com vistas a reconhecimento cultural e comunicacional por parte de minorias nacionais étnicas e lingüísticas.

Esses argumentos acerca do impacto dos fluxos culturais e a reconfiguração dos espaços político-culturais são um modo de se pensar sobre a construção da identidade. Outro é considerar os obstáculos no caminho do processo a longo termo da semiconstrução-estatal, caminho que tem

¹² Comecei a explorar o impacto desses processos no espaço comunicacional na Escócia em Schlesinger 1998.

sido muito trilhado na Europa. Como Ernest Gellner (1997:50) observou ao criar uma perfeita metáfora para o desenvolvimento desigual, poderíamos considerar o continente europeu como se ele fosse um conjunto de ‘zonas de tempo’ com ‘faixas’ (belts) de território correndo de norte a sul, no interior das quais o padrão é mais ou menos similar, mas difere de uma zona para outra. Desse modo, a despeito da assincronicidade das condições atuais em diferentes partes do Continente, o “processo civilizador europeu” pode por fim resultar em convergência sincrônica: o produto de longo prazo poderia ser a criação de uma nova cultura política que sustenha um distinto nível de identidade e cidadania européias (cf. Schlesinger e Kevin, a vir a lume). No caso concreto, contudo, a intermitente expansão da União Européia para abraçar esses diferentes Estados tem produzido um insolúvel problema cultural; sua instabilidade tem provocado um contínuo repensar de formas de governar e também tem tornado difícil estabelecer uma base estável para a identificação coletiva através e acima do nível do Estado-nação.

O desenrolar dos acontecimentos em nossos dias sugere, então, que a teoria da comunicação social, com algumas adaptações, pode vir a informar como nós pensamos o futuro desenvolvimento europeu, como ocorreu no passado. Tendo agora abandonado o par ‘nação e comunicação’, seus expoentes estão aptos a analisar tanto as contradições quanto as congruências de no mínimo três níveis políticos nos quais o espaço comunicacional tem elaboração: o supranacional, o Estado-nação e o sub-Estado-nação. Esta virada do foco teórico é o mínimo que é necessário fazer para manter-se ao nível da crescente complexidade.

Referencias bibliográficas

- Anderson, B. (1983; 2ª ed 1991) *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Londres: Verso Editions).
- Anderson, B. (1994) ‘Exodus’, *Critical Inquiry* 20(2): 314-327.
- Balakrishnan, G. (1996) ‘The National Imagination’, pp. 198-213 in G. Balakrishnan (ed.) *Mapping the Nation* (London: Verso).
- Billig, M. (1995) *Banal Nationalism* (London: SAGE Publications).
- Calhoun, C. (ed.) (1992) *Habermas and the Public Sphere* (Cambridge, MA: The MIT Press).
- Castells, M. (1996) *The Rise of the Network Society* (Malden MA: Blackwell Publishers Inc.).
- Castells, M. (1997) *The Power of Identity* (Malden MA: Blackwell Publishers Inc.).
- Castells, M. (1998) *End of Millennium* (Malden MA: Blackwell Publishers Inc.).
- Chatterjee, P. (1996) ‘Whose Imagined Community?’, pp. 214-225 in Balakrishnan (ed.) *Mapping the Nation*.
- Curran, J. (1991) ‘Rethinking the Media as a Public Sphere’ in P. Dahlgren and C. Sparks (eds) *Communication and Citizenship: Journalism and the Public Sphere* (Londres and Nova Iorque: Routledge).

- Dahlgren, P. (1995) *Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media* (London: SAGE Publications).
- Deutsch, K. W. (1953; 2nd edn. 1996) *Nationalism and Social Communication: An Inquiry into the Foundations of Nationalism* (Cambridge, MA. and London: The MIT Press).
- Ferguson, W. (1998) *The Identity of the Scottish Nation: An Historic Quest* (Edinburgh: Edinburgh University Press).
- Garnham, N. (1994) 'The Media and the Public Sphere', pp. 359-376 in Calhoun (ed.) *Habermas and the Public Sphere*.
- Gellner, E. (1983) *Nations and Nationalism* (Oxford: Basil Blackwell).
- Gellner, E. (1997) *Nationalism* (London: Weidenfeld and Nicolson).
- Gellner, E. (1998) *Language and Solitude: Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg Dilemma* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Gouldner, A.W. (1976) *The Dialectic of Ideology and Technology: The Origins, Grammar and Future of Technology* (London and Basingstoke: The MacMillan Press Ltd).
- Habermas, J. (1989) *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (Cambridge: Polity Press).
- Habermas, J. (1994) 'Citizenship and National Identity' pp. 20-35 in B. van Steenberg, (ed.) *The Condition of Citizenship* (London: SAGE Publications).
- Habermas, J. (1997) *Between Facts and Norms* (Cambridge: Polity Press).
- Keane, J. (1991) *The Media and Democracy* (Cambridge: Polity Press).
- McCrone, D. (1998) *The Sociology of Nationalism: Tomorrow's Ancestors* (London and New York: Routledge).
- Nairn, T. (1997) *Faces of Nationalism: Janus Revisited* (London: Verso).
- Middlemas, K. (1995) *Orchestrating Europe: The Informal Politics of European Union 1973-1995* (London: Fontana Press).
- Schlesinger, P. (1991) *Media, State and Nation: Political Violence and Collective Identities* (London, Newbury Park and New Delhi: SAGE Publications).
- Schlesinger, P. (1997) 'From Cultural Defence to Political Culture: Media, Politics and Collective Identity in the European Union', *Media, Culture and Society* 19(3): 369-391.
- Schlesinger, P. and Kevin, D. (forthcoming) 'The European Union – A Sphere of Publics?' in Eriksen, E.O. and Fossum, J. E. (eds) *Democracy in Europe* (London: UCL Press).
- Schlesinger, P. (1998) 'Scottish Devolution and the Media' in J. Seaton (ed.) *Politics and the Media: Harlots and Prerogatives at the Turn of the Millennium* (Oxford: Blackwell Publishers).
- Schmitter, P. (1996) *Is It Really Possible to Democratize the Euro-Polity?*, Working Paper 96/11 (Oslo: ARENA).
- Schudson, M. (1994) 'Was There Ever a Public Sphere? If So, When? Reflections on the American Case', pp.143-163 in Calhoun (ed.) *Habermas and the Public Sphere*.
- Sreberny-Mohammadi, A., Winseck, D., McKenna, J., and Boyd-Barrett, O. (eds) (1997) *Media in Global Context: A Reader* (London: Arnold)
- Tamir, Y. (1995) 'The Enigma of Nationalism', *World Politics* 47(2): 418-40.
- Thompson, J.B. (1995) *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media* (Cambridge: Polity Press)
- Thussu, D. K. (ed.) (1998) *Electronic Empires: Global Media and Local Resistance* (London: Arnold).
- van Hemel, A., Mommaas, H. and Smithuijsen (eds) *Trading Culture: GATT, European Cultural Policies and the Transatlantic Market* (Amsterdam: Boekman Foundation).
- Weiler, J.H.H. (1996) *Legitimacy and Democracy of Union Governance: The 1996 Intergovernmental Agenda and Beyond*, Working Paper 96/22 (Oslo: ARENA).